

Art. 17 – A diretoria assinará em conjunto e/ou separadamente, representando a sociedade em juízo ou fora dele, tanto ativa quanto passivamente, sendo-lhes absolutamente vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, tais como avais e endossos de favor, ou assumir obrigações que sejam em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

Art. 18 – A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas com o objeto social, inclusive na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, emissão de cheques e outros títulos cambiais e ainda firmar contratos de empréstimos ou financiamentos, sendo a Companhia representada sempre em conjunto de dois diretores ou um diretor e um procurador ou ainda dois procuradores.

Parágrafo Único: Os atos de nomeação de mandatários ou procuradores, com poderes gerais para o foro e com poderes para negócios são de competência dos diretores em conjunto de dois, neste caso, com prazo determinado, não superior a um ano, e especificação dos atos ou operações que poderão praticar.

DA ASSINATURA

Art. 19 – Os diretores poderão assinar em conjunto e/ou separadamente. Representarão a companhia em juízo ou fora dele, tanto ativa quanto passivamente, sendo-lhes absolutamente vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, tais como avais e endossos de favor, ou assumir obrigações que sejam em favor de qualquer dos diretores, acionistas ou de terceiros.

Parágrafo Único – No caso de alienação e/ou oneração de bens imóveis da sociedade, fica obrigatória a anuência expressa e as assinaturas de todos os diretores (Diretora Presidente e Diretor Vice-Presidente).

Art. 20 – A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas com o objeto social, inclusive na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, emissão de cheques tudo em consonância com o art. 19 deste estatuto.

Parágrafo Primeiro – Nos contratos de empréstimos e/ou financiamentos, somente serão válidos com a aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Parágrafo Segundo – Os atos de nomeação de mandatários ou procuradores, com poderes gerais para o foro e com poderes para negócios são de competência dos Diretores em conjunto, neste caso, com prazo determinado, não superior a um ano, a especificação dos atos ou operações que poderão praticar.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art. 21 – A sociedade terá um Conselho Fiscal, composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições previstas em lei, que será instalado quando solicitado pelos acionistas.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Art. 22 – O exercício social coincide com o ano civil, levando-se a 31 de dezembro de cada ano o balanço geral, com as respectivas demonstrações financeiras exigidas por lei.

Art. 23 – Do lucro líquido apurado na Demonstração de Resultado do Exercício, e definido pelo Artigo 191 da Lei n. 6.404/76, será elaborada a proposta da destinação a lhe ser dada, aplicando-se, compulsoriamente, 5% (cinco por cento) na constituição de Reserva Legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social, observando-se o disposto no Capítulo XVI da Lei n. 6.404, de 15.12.76.

Art. 24 – Poderão ser levantados balanços trimestrais, a critério da Diretoria.

Art. 25 – A Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, proceder a ajustes subsequentes no lucro líquido do Exercício, constituindo reservas de contingências e de lucros a realizar, bem como, proceder à reversão das mesmas.

Art. 26 – Do lucro líquido ajustado na forma dos artigos anteriores, será retirado 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas, a título de dividendos, na proporção de suas ações, podendo este montante ser ajustado para mais, no valor estritamente necessário à cômoda divisão.

Art. 27 – A sociedade poderá, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço.

Art. 28 – O dividendo estabelecido será contabilizado no encerramento do Exercício Social como "a pagar", transferindo-se para as contas individuais dos acionistas, após a realização da Assembleia Geral Ordinária, que determinará o prazo para seu pagamento.

Art. 29 – A Assembleia Geral Ordinária disporá sobre a destinação do saldo do lucro líquido do Exercício e dos lucros acumulados.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 – A sociedade será dissolvida nos casos previstos em Lei, e a sua liquidação se processará de acordo com o estabelecido nos termos da Lei n. 6.404/76, Artigos 208 e seguintes.

Art. 31 – Os casos omissos serão regulados pela Lei n. 6.404/76 e legislação posterior.

BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES – SOCIDADE ANÔNIMA

CONTROLLER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A

GUILHERME MONTANARO LOMBARDI, brasileiro, casado sob Regime de Separação de Bens, empresário, natural de Brasília-DF, portador da Carteira de Identidade RG. n.º 255****, expedida pela SSP-DF, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) n.º 049*****15 expedida pelo Detran-DF, inscrito no Min. da Faz. (CPF) n.º 036****-82, residente e domiciliado no SHI/Sul QI ** - Conjunto ** - casa ** - Lago Sul, Brasília-DF, CEP n.º 71.625-090; tem subscrito e integralizado na companhia CONTROLLER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A, inscrita no Min. da Faz. (CNPJ) n.º 11.084.828/0001-91, estabelecida no SC/Norte Quadra 05 – Bloco “A” n.º 50 – Salas 1224/1225 – Asa Norte – Brasília-DF, CEP n.º 70.715-000, 1.250.000 (um milhão, duzentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais), em moeda corrente nacional. AMANDA MONTANARO LOMBARDI MATSUNAGA, brasileira, casada sob regime de separação de bens, empresária, natural de Brasília-DF, portadora da Carteira de Identidade RG. n.º 2.550.*** expedida pela SSP-DF, inscrita no Min. da Faz. (CPF) n.º 013.***-93, residente e domiciliada na SQS 2** – Bloco “**” – Apartamento *** – Asa Sul – Brasília-DF, CEP n.º 70.274-090; tem subscrito e integralizado na companhia CONTROLLER

EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A, inscrita no Min. da Faz. (CNPJ) n.º 11.084.828/0001-91, estabelecida no SC/Norte Quadra 05 – Bloco “A” n.º 50 – Salas 1224/1225 – Asa Norte – Brasília-DF, CEP n.º 70.715-000, 1.250.000 (um milhão, duzentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais), em moeda corrente nacional. Brasília/DF, 11 de setembro de 2018.

AMANDA MONTANARO LOMBARDI MATSUNAGA

Diretora Presidente (Acionista)

GUILHERME MONTANARO LOMBARDI

Diretor Vice-Presidente (Acionista)

ADVOGADO: PEDRO JÚNIOR RODRIGUES NAZARENO (OAB-DF **164)

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 8ª REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 001/2023

EMENTA: Recomposição da Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região durante o Processo Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS- Gestão 2023/2026, em conformidade ao Edital da Convocação das Eleições publicado no DOU, na Seção 3 ISSN 1677-7069, nº 214, em 11 de novembro de 2022; desincompatibilização de seis (6) Conselheiras(o) que irão compor chapas nas eleições supracitadas.

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da 8ª Região — Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, que lhes são conferidas pela Lei 8.662/93, Resolução nº 956/2020 e Regimento Interno; determina:

CONSIDERANDO a Resolução CFESS 919, de 23 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 207, de 24 de outubro de 2019, Seção I, páginas 94/97;

CONSIDERANDO o Edital de Convocação Geral das Eleições, com o objetivo de iniciar o Processo Eleitoral do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e Seccionais;

CONSIDERANDO o Calendário Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS, Processo Eleitoral - Gestões 2023/2026, que determina a data limite de 16/01/2023 para a desincompatibilização e término da inscrição de chapas;

CONSIDERANDO a desincompatibilização das Conselheiras: KARINA APARECIDA FIGUEIREDO - CRESS/DF nº 2187, GISLAINE ANDREA ALMEIDA MEDEIROS - CRESS/DF nº 5539, ÁGATA PARENTES FERREIRA - CRESS/DF nº 5919, VALNEIA MARTINS DA SILVA - CRESS/DF nº 5447, SHIRLEI PEREIRA GOMES DOS SANTOS - CRESS/DF nº 4929 e LUCAS ELPÍDIO RAMOS DA SILVA - CRESS/DF nº 5586, para compor a chapa do CRESS 8ª Região e do CFESS, cujos pedidos da referida desincompatibilização foram protocolados no SISDOC no dia 16/01/2023;

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO CFESS Nº 469/2005 que versa sobre o Estatuto do Conjunto CFESS CRESS, no TÍTULO II, que dispõe a composição, a organização da estrutura e competências do Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social;

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO CFESS Nº 469/2005, que em seu art. 42, dispõe sobre as faltas, impedimentos e vacância de cargos, e que no caso de impedimento por falta, licença ou vacância de cargos, as substituições das/os Conselheiras/os se farão na seguinte ordem: III - O 1º Secretária/o pelo 2º Secretária/o; IV - O 1º Tesoureira/o pelo 2º Tesoureira/o; V - As/Os suplentes ocuparão os cargos de 2º Secretária/o e 2º Tesoureira/o, obedecendo a ordem de menção na chapa, salvo em situações excepcionais, a serem consideradas e deliberadas pelo Conselho Pleno; VI - As Conselheiras Fiscais pelos suplentes, obedecendo à ordem de menção na chapa, resolve:

Art.1º. Recompor a Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região, nos seguintes cargos, a saber: TATIANE PEREIRA DA COSTA - CRESS/DF nº 4862, ocupará o cargo de Presidente; JOELMA SANTOS DA SILVA - CRESS/DF nº 3117, ocupará o cargo de Vice- Presidente; Rosângela de FÁTIMA BAÍA FERREIRA - CRESS/DF nº 3510, ocupará o cargo de 1ª Secretária; EVANDRA MARIA ALVES DA LUZ - CRESS/DF nº 3478, ocupará o cargo de 2ª Secretária; MARIA ISABEL MEGRES DE SOUSA - CRESS/DF nº 4163, ocupará o cargo 1º Tesoureira; LUCI DEL SANTOS LAPORTA - CRESS/DF nº 5945, ocupará o cargo de titular do Conselho Fiscal, ESTER DANTAS DE MOURA - CRESS/DF nº 4202, ocupará o cargo de titular do Conselho Fiscal, e PAULLA KALLINY MOURA CRONENBERGER - CRESS/DF nº 5576, ocupará cargo de titular do Conselho Fiscal.

Art.2º. Os demais cargos estão mantidos na Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região;

Art.3º. A composição disposta no art.1º da presente Portaria perdurará até a data designada para o último dia da interposição de recurso ao resultado final da eleição;

Art.4º. Caso haja interposição de recurso ao resultado das eleições, a desincompatibilização se estenderá até o julgamento do mesmo, em conformidade ao Calendário Eleitoral;

Art.5º. Cessando o motivo que impunha a desincompatibilização das(os) Conselheiras(os), estas retornarão automaticamente a assumir seus cargos e funções originais, até a data da posse da nova gestão eleita.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação 16/01/2023, devendo ser publicada.

Brasília/DF, 16 de janeiro de 2023

KARINA APARECIDA FIGUEIREDO

Conselheira Presidente CRESS da 8ª Região – DF